

# PESSOAS, PEIXES, PLANTAS: SABERES E TERRITORIALIDADES ENTRE PESCADORES DA LAGOA MIRIM, RIO GRANDE DO SUL

## *PEOPLE, FISH, PLANTS: KNOWLEDGE AND TERRITORIALITY AMONG FISHERMAN IN LAGOA MIRIM, RIO GRANDE DO SUL*

**Stella Maris Nunes Pieve**

*stellapieve@gmail.com*

*Antropóloga, Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ).*

*Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4109-8000>*

**Raizza da Costa Lopes**

*raizaclopes@gmail.com*

*Bióloga, Mestre em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG).*

*Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2824-503X>*

**Gianpaolo Knoller Adomilli**

*gpdomilli@gmail.com*

*Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Saberes Costeiros - NECO (Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq).*

*Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8370-2267>*

dossiê | dossier

## RESUMO

Este artigo trata dos saberes de comunidades pesqueiras da Lagoa Mirim, uma lagoa localizada na região costeira do extremo sul do Rio Grande do Sul, privilegiando suas relações com o território e formas de viver e pensar através da relação com o ambiente. Para isto, tomamos uma pesquisa de caráter interdisciplinar realizada junto aos pescadores da Lagoa Mirim, sobretudo a partir de dados etnográficos, agregando a discussão sobre territorialidade e saberes, este último, em especial, sobre peixes e plantas, refletindo sobre essas questões a partir de uma perspectiva do conhecimento, compreendida nos saberes e fazeres nativos e ambiental no âmbito da territorialidade. A pesca, para além de uma atividade profissional, constitui um modo de vida no qual a relação entre pescadores e seu território apresentam condições históricas e socioambientais que os circunscrevem numa realidade concreta. A valorização e o respeito pelas subjetividades que constituem os grupos nos permitem reconhecer que, ao se constituir e se modificar cotidianamente, o território expressa uma identidade.

**Palavras-Chave:** Saberes. Territorialidade. Lagoa Mirim.

## ABSTRACT

This paper cares about the knowledge of fishing communities in Lagoa Mirim, a coastal area from Rio Grande do Sul extreme south of Brazil, and specially their relation with the territory and ways of living and thinking through their relation with the environ-

ment. This set of ethnographic data was generated by an interdisciplinary project with the Lagoa Mirim fishing communities. From this perspective, this paper brings together a discussion about territoriality and knowledge, mainly fish and plants, reflecting the local expertise of knowing and making. The fishing, apart from a professional activity, is a way of life in which the relation among the fisherman and their territory presents historical and environmental conditions that restrain them into a concrete reality. The appreciation and respect for the subjectivities that form these groups enable us to recognize that, from the daily creation and changing, the territory presents an identity.

**Keywords:** Knowledge. Territoriality. Lagoa Mirim.

## A PESQUISA, OS SABERES E A TERRITORIALIDADE

“Whose knowledge counts? And what does this have to do with place, culture, and power?”

[O conhecimento de quem é que conta? E o que isso tem a ver com lugar, cultura e poder? ]

(ESCOBAR, 2008, p. 4)

Para abordar expressões regionais e locais ou articulações da diferença num contexto de globalização, Arturo Escobar (2008) põe em cheque a geopolítica do conhecimento questionando quais os conhecimentos que realmente importam para as políticas de diferença e igualdade que acompanham a globalidade. Para o autor, apesar de muitas discussões, ainda é persistente o *encubrimiento del otro* (DUSSEL, 1992) a partir de mitos de universalidade e superioridade cultural daquele que se descreve como ocidental e moderno.

Neste artigo buscamos apresentar parte dos saberes e práticas que caracterizam o modo de vida dos pescadores artesanais na Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul (RS), apontando as relações que estes pescadores estabelecem com o ambiente que ocupam e convivem – tanto no espaço terrestre, quanto no espaço aquático – em contraponto às transformações ambientais estabelecidas por grupos que produzem ou vivem da produtividade da qual o território Lagoa Mirim é capaz.

A Lagoa Mirim situa-se no extremo sul do Brasil e é compartilhada com o Uruguai. É uma lagoa binacional que abriga em seu território pescadores artesanais, mas também uma extensa atividade de produção de arroz. Esta última, realizada a partir da concentração de latifúndios, é considerada a mais importante da região e por isso, competente o suficiente para reclamar e definir mudanças físicas no ecossistema, nem sempre favoráveis a todos que compartilham o lugar.

Para além, do uso de agrotóxicos e da construção de canais de dragagem ao longo das margens da Lagoa, observa-se que tais ações ocorreram, desde antigos projetos, sem espaço para diálogo com os demais segmentos da sociedade, em especial os pescadores artesanais, que, geralmente, são os principais impactados, gerando um quadro de conflito ambiental, conforme a perspectiva de Zhouri e Laschefski (2010). Para estes autores,

“Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo

desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 17).

Nesse sentido, a implantação de barragens implica em processos de redeterritorialização das mesmas devido a imposições/consequências do empreendimento realizado. Nesta pesquisa, pudemos constatar que as práticas e locais de pesca sofreram injunções de mudança devido a construção de barragens que, para impedir a entrada da água salgada na região na década de 1970, interferiram diretamente na atividade pesqueira, impedindo a entrada de espécies de peixes importantes no ambiente, na cultura e na economia local. Como já destacado aqui, tais intervenções simplesmente desconsideraram a existência de outros grupos e de atividades paralelas ao plantio de arroz, principalmente dos pescadores artesanais, cujas atividades se encontram diretamente atreladas ao território da Lagoa Mirim.

A forma de organização socioeconômica dos pescadores artesanais se dá enquanto “comunidades pesqueiras”, comunidades de trabalho que giram em torno dos laços familiares, de vizinhança e de parentesco, portanto, em sentido mais amplo, diz respeito ao modo de vida, ao *ethos* de pescador (ADOMILLI, 2016). Desta maneira, a atividade da pesca artesanal, mais do que uma profissão, caracteriza um modo de vida que vai além do trabalho enquanto atividade produtiva, pois, neste contexto, tal atividade marca também um processo histórico, social e político do que é ser pescador artesanal na Lagoa Mirim.

Ao tomarmos a atividade pesqueira como modo de vida, consideramos que os saberes nativos vão além de relações estabelecidas com plantas e animais conhecidos na região, referem-se aos elementos diversos que participam e constituem o cotidiano destes pescadores e das relações que eles estabelecem com o meio e o contexto que envolve a lagoa e seus habitantes. Estes saberes, que podem ser compreendidos como “costeiros”<sup>1</sup>, dizem respeito à relação desses grupos com o território que habitam, estabelecendo lógicas de organização territorial próprias e um detalhado conhecimento do ambiente e de suas formas de manejo.

Os sentidos dos saberes vinculados a determinado território dizem respeito ao processo de escuta das vozes locais nos atravessamentos que conformam a percepção dos territórios das populações que nele habitam e a maneira que o expressam. Dito por outras palavras, trata-se de uma perspectiva dialógica, de deslocamento para o saber nativo, onde entendemos os saberes costeiros enquanto construção de práticas socioambientais. Neste sentido, propomos pensar a relação entre território e saber enquanto “espaço do aprender”, aquele

“onde os saberes cotidianos estariam relacionados a uma territorialidade. Os grupos humanos apresentam diferentes formas de apropriação do espaço, baseados nas suas relações tanto com o ambiente biofísico, atravessado pela dimensão diacrônica e sincrônica, individual e coletiva, como pela metafísica, pela dinâmica visível e invisível que alinhavam os seus manejos - os seus esforços para manterem e transformarem os seus respectivos territórios” (MACHADO, et. al., 2016, p. 14).

As relações entre território e saberes costeiros se apresentam como uma possibilidade de se pensar e contribuir com reflexões na perspectiva do conhecimento educativo, contemplando os saberes a partir da relação com o ambiente no entrelaçamento da territorialidade. Ao mesmo tempo em que os conhecimentos transmitidos por gerações anteriores são “testados” e incorporados a novos fatores, ora se mantendo ora se modificando – incorporando políticas públicas, economia, técnica, ciência – o território estabelece uma relação dinâmica e de retroalimentação com os grupos coletivamente organizados

que o ocupam. Sendo assim, ao mesmo tempo em que constitui estes grupos, o território é por eles constituído, conformando, para além das relações ambientais e econômicas, contextos de práticas sociais, experiências e histórias.

Para além do espaço físico, o território é um espaço de relações e interações complexas que envolvem lugares, bens naturais e transformações e que tem suas dinâmicas pautadas em práticas sociais (VARGAS, 2014; LITTLE, 2002b). Do mesmo modo, encontra-se pautado numa relação constante entre humanos e não-humanos que se explicitam neste lugar de convivência, ocupação e uso (VARGAS, 2014). Lugar no qual convergem memórias, criações individuais e/ou coletivas e vidas, provocando e cultivando identidades (ANJOS, 2004).

É neste sentido que tratamos aqui de um território de existência que resulta e é resultado de experiências, relações, vínculos e práticas individuais e compartilhadas coletivamente. São saberes e processos dialogados que conformam uma compreensão de mundo diferente das formas convencionais, mas que nem por isso deixam de existir.

Os dados apresentados são oriundos de uma pesquisa de caráter etnográfico junto aos pescadores artesanais de três municípios, que têm na Lagoa Mirim seus pontos de pesca, a saber, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão (PIEVE, KUBO e COELHO-DE-SOUZA, 2009). A partir de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e relatos em diário de campo buscou-se um recorte temporal destes processos e saberes. Desta maneira, percorreu-se uma rede de pescadores no intuito de identificar três grupos: aqueles que atuavam a mais tempo e eram considerados mais “experientes” na profissão, ao mesmo tempo em que portavam uma memória da atividade e suas transformações; um grupo intermediário; e outro de jovens e recém ingressados na atividade pesqueira.

Tais indicações permitiram identificar a dinâmica espaço-temporal pela qual passaram os pescadores, tanto na atividade pesqueira quanto na Lagoa Mirim, conformando um estudo relacionado ao território, memória e identidade. Além disso, privilegiamos o método etnográfico, e seguindo Little (2002a), evidenciamos saberes e práticas elaboradas em um contexto sociocultural e ecológico, no intuito de construir uma etnografia que desse conta da interação dos sistemas biofísico e social entre um grupo e seu meio, permitindo um “diálogo intercientífico”, ou seja, uma relação entre diferentes sistemas de adaptação.

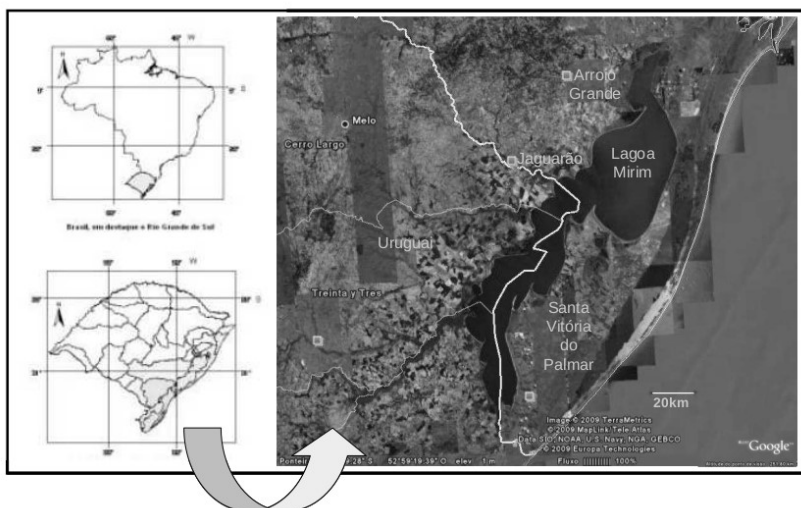
Escrito a seis mãos, a interlocução entre os três autores deste artigo foi possibilitada no âmbito das discussões e eventos organizados pelo Núcleo de Estudos sobre Saberes Costeiros – NECO. O texto se divide em duas partes. Na primeira, apresentamos o contexto da Lagoa Mirim enquanto lugar das comunidades pesqueiras também e, na segunda parte, tratamos o sistema de conhecimento destas comunidades ao longo do tempo, apontando as relações estabelecidas entre os pescadores e seus territórios a partir de suas próprias vivências, experiências e formas de ver o espaço que habitam e constituem, destacando algumas questões em torno dos saberes costeiros, especialmente no que diz respeito aos peixes e às plantas.

## **LAGOA MIRIM: TERRITÓRIO DE PESCA**

A Lagoa Mirim é uma lagoa binacional, entre Brasil e Uruguai, distribuída em, aproximadamente, 3.749 km<sup>2</sup> de área de superfície, 185 km de extensão e, em média, 20 km de largura. Seus limites nacionais estão entre os

municípios de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e Jaguarão, no Brasil; e os internacionais entre os Departamentos de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha, no Uruguai. Os principais afluentes da referida lagoa encontram-se a oeste, no Brasil o rio Jaguarão e no Uruguai os rios Cebollatí e Taquarí; a leste, uma extensa e estreita faixa longitudinal de terras a separa do Oceano Atlântico (SEELIGER et al., 2004).

Figura 1 – Localização geográfica da Lagoa Mirim no Brasil e Rio Grande do Sul (direita). Municípios onde foi realizada a pesquisa (esquerda)



Como já destacado aqui, para fins dessa pesquisa, foram consideradas três comunidades pesqueiras: Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão. Os pescadores artesanais de Arroio Grande ocupam um distrito da cidade chamado Santa Isabel. Tal distrito encontra-se às margens do Canal São Gonçalo – noroeste da Lagoa Mirim – e dista, aproximadamente, 60 km da sede do município. Essa disposição exige uma dinâmica pesqueira na qual o pescador vai até a Lagoa Mirim para uma melhor realização da atividade. Os pescadores de Santa Vitória do Palmar estão a leste da Lagoa, na localidade do Porto, um (re)conhecido bairro de pescadores. Podemos considerar que estes trabalhadores estão “em frente a Lagoa”, pois tal localidade encontra-se às margens desta, e têm à sua frente a linha imaginária que separa o território brasileiro do território uruguaio.

Já o município de Jaguarão está a oeste da lagoa, limita-se ao norte com Arroio Grande e Herval e ao sul com o município uruguaio de Rio Branco, separados destes últimos pelo Rio Jaguarão e ligados pela ponte Internacional Barão de Mauá. Os pescadores artesanais ali residentes não ocupam um bairro específico de pescadores, mas têm como referência as margens do rio Jaguarão – local onde se encontram suas embarcações, a firma de compra do pescado e pontos de saída para o trabalho. Tal disposição, assim como os pescadores de Santa Isabel, custa a estes pescadores tempo e disponibilidade para viajarem até a Lagoa Mirim e montarem seus acampamentos. E, assim como em Santa Vitória, os limites territoriais internacionais estão na água, o Rio Jaguarão separa o território em Brasil e Uruguai, pois é ele a linha divisória entre as cidades brasileira de Jaguarão e a cidade uruguaia de Rio Branco, departamento de Cerro Largo.

Todos esses pescadores têm como local privilegiado de pesca a Lagoa Mirim e devido às distâncias entre uma comunidade e outra optamos por passar duas semanas em cada uma destas localidades, convivendo, entrevistando, participando das festividades, das atividades diárias e conversando com pes-

cadores, pescadoras, crianças, técnicos da Emater, servidores das prefeituras locais, dentre outros.

A região da Lagoa Mirim, para além da pesca, comporta outras atividades como o plantio de arroz e a criação de gado, atividades que interferem diretamente no seu ambiente biofísico; seja no atual uso de defensivos agrícolas e agrotóxicos, o que acarreta poluição dos banhados e da Lagoa (CHOMENKO, 1999; GUADAGNIN, 1999), seja na antiga construção da Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo que, considerada uma fragmentação de habitat (BURNS et al., 2006), impediu a entrada de peixes de água salobra – beneficiando a produção de arroz na região –, que vinham da Lagoa dos Patos, e diminuiu a variedade do estoque de pescado da Mirim.

A dinâmica da água na Lagoa Mirim antes de 1977 esteve diretamente relacionada à Lagoa dos Patos que, localizada a norte da Mirim, formava com esta um complexo lagunar denominado Patos-Mirim. As duas lagoas ligadas pelo Canal São Gonçalo recebiam água salgada do Oceano Atlântico em épocas de estiagem (verão) com auxílio do vento sul (ABREU et al., 1998; SEELIGER et al., 2004). As trocas de água – doce e salgada – propiciam a entrada de nutrientes que fertilizam a área e criam condições para o desenvolvimento de organismos marinhos que se abrigam nestes determinados ecossistemas em algum período de seus ciclos de vida. Ovos e larvas de tainha e corvina ali se desenvolvem e retornam ao mar adultos; o linguado se aproveita dos profundos canais como rotas migratórias; o bagre e a miragaia se reproduzem; o camarão-rosa ali se desenvolve e as microalgas, as larvas de poliquetas, os moluscos e outros crustáceos visitam a área.

Na Lagoa Mirim, a migração de peixes como o bagre, a tainha, a corvina e o linguado os tornaram importantes espécies de valor comercial (MACHADO, 1976 apud BURNS et al., 2006), mas também importantes organismos na memória, no cotidiano e no saber fazer da comunidade como um todo.

O estudo preliminar de viabilidade da barragem do São Gonçalo (1970) foi destinado, primordialmente, a “prevenir a contaminação com sal marinho desta formidável reserva de água doce, a terceira em extensão na América do Sul”, com vistas “ao suprimento de água potável do Rio Grande e à segurança da lavoura orizícola existente”; por consequência desta retenção, a elevação dos níveis de estiagem também seria beneficiada (BRASIL, 1970, p. 02, 24, 26). Este mesmo projeto considerou a pesca na Lagoa Mirim como atividade secundária e sem projeções de tornar-se uma atividade de maior importância na região, ao mesmo tempo em que, mesmo entendendo que não teria efeito prejudicial às espécies ou à pesca na região, previu uma possível dificuldade na migração do bagre, e devido a isto, sugeriu uma passagem de peixes.

Porém, de acordo com os pescadores artesanais da Lagoa Mirim, ao barrar a entrada da água salgada, tal barragem impediu a entrada de peixes importantes na safra de suas pescarias, como evidenciado na seguinte narrativa:

*teve um pessoal do Diário Popular [jornal local] aqui e eu citei como um dos problemas da Lagoa Mirim estar com pouco peixe é a eclusa lá. Porque hoje existe a lei e todo lugar que for criado uma eclusa, uma barragem, uma hidrelétrica que for cortar o curso normal do rio, de um arroio, de uma lagoa, tem que ter um desvio para o peixe poder seguir o curso normal dele, fazer sua piracema. E ali não foi feito isso porque foi feito há muitos anos. Ai, o presidente da Lagoa Mirim (Agência da Lagoa Mirim, Pelotas/RS), que é da Federal (UFPel), deu uma réplica dizendo que aquela obra foi fora do comum, excepcional, que favoreceu muita gente e não tem nada a ver com o peixe ter diminuído aqui. Só que ele conhece a teoria e nós vivemos a prática. Eu vi fazer aquela*

*barragem ali, tinha um desvio para o lado de lá, só que eles fecharam o desvio. Então, quando salga a água lá, que o peixe sobe arroio acima, Canal São Gonçalo acima, para vir para a Mirim, ele tranca na barragem ali. Eu queria que tu viste a quantidade de peixe, mais peixe do que água tentando subir e não consegue (JAIR, ARROIO GRANDE).*

Além da Barragem, as lavouras de arroz que cercam a Lagoa Mirim, divididas entre os municípios de Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, utilizam-se desta água e impactam diretamente a produção de pescado na região ao drenar banhados na construção de canais de irrigação, construir bombas de sucção da água e contaminar a água com o escoamento de agrotóxicos em banhados próximos ou diretamente na Lagoa. Tal situação é apontada pelos pescadores como um dos principais problemas para a escassez de pescado na Lagoa:

*é muita puxação da água, puxa a água e os alevinos vão. Tem muitos canais onde fica o jundiá, a trairinha morrendo no seco, não retorna para a Lagoa. Não se bota nada na Lagoa, só se tira, só se tira, e uma coisa que se tira e não se repõe, não tem como durar muitos anos. É como uma horta, se a gente colheu e não plantou, não tem o que colher esse ano (DORIVAL, SANTA VITÓRIA DO PALMAR).*

Cabe salientar que os peixes estuarinos não desapareceram da Lagoa, mas agora entram em quantidade reduzida e sem a possibilidade de fazer safra dessas espécies, que quando pescadas em pouca quantidade acabam sendo consumidos ao invés de comercializados.

Retomando a discussão de ESCOBAR (2008), a construção da barragem desconsiderou o saber e a cultura local das comunidades do entorno da Lagoa Mirim, o território vivido foi deixado de lado em prol do desenvolvimento de latifúndios para a produção da monocultura do arroz. Tais mudanças no ambiente provocaram transformações nos elementos que compõem o saber fazer e as safras atuais de pesca, mas não deixaram de habitar a memória coletiva dos pescadores da Lagoa Mirim.

É nesse sentido que seguimos aqui nossa proposta de observar saberes costeiros apresentados pelos pescadores artesanais da Lagoa Mirim e seus arredores, no contexto de uma abordagem territorial e ambiental, pois partimos do princípio que o detalhado conhecimento do ambiente, bem como as formas de usos dos bens naturais ali dispostos constituem a territorialidade de um grupo social.

Para pensar essa territorialidade seguimos Paul Little (2002b, p. 3), que a entende como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela de seu ambiente biofísico convertendo-a assim em seu território”. Nesse sentido, o território é composto por uma série de relações, entendidas por Little (2002b) como cosmografia, ou seja, o conjunto de saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados por determinado grupo ao estabelecer e manter seu território.

Nosso argumento é de que os saberes costeiros, como parte da territorialidade, constituem o modo de ser e de viver pescador na Lagoa Mirim, habitantes que muito além de pescar, conhecem, utilizam, se relacionam e cuidam dos ecossistemas e dos seres vivos que circundam os espaços que ocupam, transitam e estabelecem conexões.

## TERRITORIALIDADE E SABERES COSTEIROS: PESCADORES, PEIXES E PLANTAS DA/NA LAGOA MIRIM

Por mais que sejam identificados como pescadores artesanais, as famílias, grupos e pessoas que habitam localidades e bairros próximos à Lagoa Mirim, convivem e estabelecem relações com uma diversidade de espécies de fauna e flora de ambientes terrestres, úmidos e aquáticos, ou seja, campos, restingas, banhados, arroios e a própria lagoa. Ambientes que nos foram apresentados – para além de entrevistas e conversas – através de uma cartografia da Lagoa Mirim, desenhada por seus habitantes. Nesta cartografia, foram apontadas localidades da região, locais de pesca, animais (peixes) e plantas por eles conhecidos.

Figura 2 – Mapa de recursos naturais. Representação esquemática elaborada a partir do mapa feito pelos pescadores, ilustrado com animais da região e registros fotográficos do momento de elaboração do mapa em Santa Vitória do Palmar, RS



O conjunto de saberes costeiros aqui apresentados marcam um encontro (ANJOS, 2004) entre o sistema tradicional de conhecimentos envolvidos na região e as dinâmicas de transformação que atravessaram o ambiente num determinado período, assinalando movimentos, continuidades e renovações nos



saberes locais. Os bens naturais da fauna e flora aqui destacados conectam-se a atividades relacionadas à cura, a ocupações diárias e aos ambientes percorridos, apontando uma relação de identidade e memória vinculadas ao tempo e ao espaço (ANJOS, 2004).

“*Eu vendo e consumo, eu vivo do peixe*” nos afirmou Luiz, um pescador do Porto, ao evidenciar o destino do seu pescado. E “viver do peixe” na Lagoa Mirim implica uma série de relações que se estendem entre a comercialização do pescado e os vínculos cotidianos que se fazem e se refazem entre o pescado, o pescador e os demais habitantes da lagoa. Durante a realização dessa pesquisa, os peixes mais pescados na Lagoa Mirim eram a traíra, o jundiá e o pintado, pois têm mais “saída”, ou seja, maior procura ou maior valor comercial. Enquanto a traíra era, reconhecidamente, o “*cheque ouro da Mirim*”, sendo o peixe de maior valor comercial, o jundiá era um pescado com menor valor, mas amplamente comercializado.

Para os pescadores é sabido que a Lagoa Mirim se transforma ao longo do tempo, da mesma forma que muitos animais e plantas diminuíram, outros apareceram. Essa dinâmica ambiental, de acordo com eles, obedece uma série de fatores, tais como o uso indiscriminado de agrotóxicos, a construção de canais de irrigação às margens da lagoa pelos produtores de arroz, a construção da barragem e a legislação ambiental que protege e propicia o aumento da quantidade de alguns animais, como é o caso da capivara<sup>2</sup>.

Sendo assim, traíra, jundiá e pintado nem sempre foram os pescados mais comercializados na Lagoa Mirim. De acordo com os pescadores locais, antes da barragem, pescava-se bagre, tainha e corvina, “*que desciam da Lagoa dos Patos*” pelo Canal São Gonçalo junto com “*a água salobra*”. Porém, com o obstáculo tais espécies deixaram de aparecer, aumentando os esforços de pesca nas espécies que “*se criam na Lagoa*”, ou seja, têm ali todo seu ciclo de vida. Contudo, o fato destes peixes não estarem mais ali fisicamente não os desvincula do espaço ou da memória destes pescadores.

Além de recorrentes lembranças das “*épocas do peixe*”<sup>3</sup>, das diferentes formas de pescá-los<sup>4</sup> e das vantajosas “*safras de bagre*”, por exemplo, as espécies de peixes que outrora frequentavam a Lagoa Mirim estabelecem correlações de intensidade<sup>5</sup> entre suas propriedades curativas e as inflamações que atravessam os corpos daqueles que habitam a região da lagoa. A Corvina, por exemplo, nos explicou o Sr. Antônio – um dos pescadores mais experientes de Santa Vitória do Palmar –, carrega em sua cabeça pedras que curam bronquite, inflamações de garganta e de ouvido quando embrulhadas num patuá – um amuleto de tecido – e carregadas junto ao corpo. Nesse sentido, parte do corpo daquele que vive na água, acalma as irritações daquele que vive na terra, estabelecendo uma correlação entre o corpo da água e o corpo da terra.

Da mesma maneira, correlações são estabelecidas entre os peixes que passam todo seu ciclo de vida na Lagoa Mirim. O Jundiá, um peixe de “*pel*”, ou seja, de couro, sem escamas, com bigode e esporão, reconhecidamente “*resbaloso*”, liso, pois escorrega de nossas mãos, de acordo com Rosa, pescadora de Jaguarão, é um dos “*peixes mais fortes, mais gordos, com mais gordura retida na carne*”. E é justamente essa gordura que ao ser curtida em álcool transforma-se numa “*fomentação*” utilizada para massagear dores lombares, cortes e machucados, pois é cicatrizante. A superfície lisa, gorda e forte do corpo do jundiá ao ser potencializada em álcool elimina dores e fecha feridas quando pressionada sobre a superfície do corpo humano, estabelecendo conexões entre a derme do corpo animal e a derme do corpo humano.

Novas variedades de peixes foram incorporadas ao cotidiano, aos sistemas de classificação e às correlações de intensidades estabelecidas pelos habitantes da Mirim, em processos de incorporação de saberes sensíveis, enquanto formas de agir e de entender o mundo (LEVI-STRAUS, 2007; LATOUR, 2012). Uma destas “novas” espécies é o Penharol, um peixe de coloração pardo-amarelada com manchas – e devido a essa coloração associado ao nome do time de futebol uruguaio de cor preta e amarela. “*Sabe que não tinha isso aí, faz pouco tempo, dizem que foi um açude, uma barragem que arrebentou por aí e ele entrou pra dentro da lagoa*”, nos afirmou Jorge. O Penharol não tem uma carne muito apreciada, *é uma carne mole demais*, porém o peixe é utilizado como afrodisíaco, sendo a receita alimentar-se dele. Neste caso, a correlação conforma-se entre as possibilidades do que é recente, a falta de vigor e a excitação; o frouxo e recente corpo do Penharol naquele espaço, traz novo vigor ao já “conhecido” corpo humano.

Dentre outras relações estabelecidas através dos pescados, podemos destacar as relações de reciprocidade, relações de comprometimento, engajamento individual e coletivo na construção de vínculos, alteridades e identidades entre grupos (MAUSS, 2013). Além do trabalho conjunto entre familiares, vizinhos e amigos, visto que o trabalho de pescar vai além da captura do peixe – é preciso preparar o material, viajar até o local de pesca, *jogar* a rede, *tirar* o peixe da rede, *limpar* o peixe –; o pescado circula entre os moradores da lagoa, sem estabelecer relações de comércio entre vizinhos, “*fica até chato se um vizinho me pede um peixe e eu resolver vender para ele*”, afirmou Carlos. As Festas do Peixe e as feiras também são espaços de trabalho conjunto, bem como os espaços compartilhados nos acampamentos de pesca, quando a pescaria dura mais do que um dia<sup>6</sup>. Neste sentido, a circulação de pescado entre estes moradores estabelece práticas de sociabilidade criando um vínculo social que se situa entre a vida e o trabalho cotidiano, mas também entre as atividades esporádicas.

Ainda, as relações destes moradores expandem-se entre os espaços e as paisagens que percorrem e habitam. Pescar implica *ir atrás* do peixe, procurando descobrir onde ele está, e *ir atrás* do peixe implica *recorrer toda a lagoa* em diversas direções, principalmente para os pescadores de Santa Isabel, que se encontram no Canal São Gonçalo e para os pescadores de Jaguarão, alocados no Rio Jaguarão, pois quanto mais longe se vai atrás do pescado, maior a necessidade de *montar acampamentos* em localidades próximas aos pesqueiros. Tais acampamentos aprofundam os laços com o território, que transbordam da lagoa para ambientes úmidos e terrestres.

Juntamente à paisagem aquática, lagunar e os percursos realizados nesse ambiente, nessa região costeira identifica-se em terra outros percursos, conectados ao conhecimento de determinadas plantas. Cocão e Douradinha são plantas com propriedades curativas que ocorrem em localidades específicas da Lagoa Mirim, respectivamente Canal Novo/Chaga e Araçás, ambos em Santa Isabel. Do Cocão é extraído um fármaco para tratamento dos rins, com atividade anti-inflamatória; e da Douradinha extrai-se um medicamento diurético que combate a infecção de urina. A localidade Araçás é mais próxima da comunidade, de maneira que pudemos visitá-la e conhecer de perto a Douradinha com Arnaldo, um pescador que nos acompanhou até o local. Já o Cocão nos foi trazido depois de tecida uma rede de comunicação entre aqueles que sabiam que queríamos conhecer a planta e aqueles que estavam próximos da localidade de sua ocorrência.

O fato é que Cocão e Douradinha estão “escritas na paisagem” dessas localidades, e esta paisagem se organiza na memória de quem vive este espaço, apresentando conformações e intensidades daqueles que conhecem e transitam nestes ambientes. Desta maneira, o indivíduo se torna um parceiro da natureza

(SODRÉ, 1988 *apud* ANJOS, 2004, p. 38) e o espaço onde ocorrem tais plantas toma proporções qualitativas e sagradas, pois no contexto da Lagoa Mirim, como em outros espaços étnicos, o acesso à saúde passa fundamentalmente pelo território (ANJOS, 2004). Com isso, não temos a intenção de negar o sistema de saúde institucional, pelo contrário, ampliamos o conceito de saúde ao perceber outros mundos e outras formas de se relacionar com o corpo, com a paisagem e com os saberes que atravessam gerações. Ademais, os vínculos aqui apresentados não perpassam somente o acesso à saúde, mas o conjunto de saberes e práticas que constituem o cotidiano destes pescadores.

A relação que os habitantes da Lagoa Mirim estabelecem com as plantas e os animais da região estão para além da cura, na medida em que são vinculadas às práticas do dia a dia. Árvores nativas, que atualmente têm restrições de uso imposto pela legislação ambiental, foram intensamente utilizadas no passado e ao serem lembradas estabelecem relações entre os pescadores, seus antepassados e o território. Capororoca e Aroeira constituíram tecnologias de pesca importantes antes dos barcos a motor e das redes de nylon. Os barcos eram impulsionados por *panos*, um tipo de vela, e as redes de pesca eram tecidas em *fio ursa*, um fio de algodão encerado e artesanalmente preparado. Redes e *panos*, por serem de tecido, exigiam tratamento especial para que não fossem desfeitos rapidamente quando expostos muito tempo à água e ao vento.

Almir e Zilda nos falaram da infância junto aos pais e aos irmãos e o processo de cascar ou encascar rede, quase sempre estendido às velas:

*[...] quando a rede era de cera, tu tinhas que ficar cascando e secando, a gente cortava cascas de árvores – Aroeira e Capororoca – e botava a ferver; depois botava a rede nessa água, tirava e deixava secar, para que ela não apodrecesse muito rápido dentro da água ou no tempo. Eu fazia desde pequeno, aprendi assim. E naquela época se fazia o pano da embarcação de algodão, então, quando dava casca nas redes já dava casca nos panos também.*

A superfície dura, protetora que encobre caules de árvores ao serem fervidas em água, produzem uma substância que transmite aos tecidos semelhante invólucro, revestindo e protegendo fios e tecidos das redes e das velas. Aqui a relação não se estabelece entre o corpo humano e o corpo animal ou vegetal, mas entre superfícies protetoras, o rígido vegetal provido de uma casca dura cedia resistência aos vulneráveis e frouxos tecidos ao serem transformados em objetos que garantiam a atividade do pescador.

Se o território é composto por relações de ocupação, uso e identidade com o ambiente (LITTLE, 2002b), o conjunto de saberes e práticas costeiras convertem a Lagoa Mirim em território de pesca, mas também um território de vida, pautado num processo histórico, cultural e político. É a partir desse território que são resgatadas e compartilhadas memórias, criações coletivas e vivências, de forma que “faz-se território a partir da vivência do espaço concreto” (ANJOS, 2004, p. 40). Os saberes costeiros dos pescadores e pescadoras aqui apresentadas constroem um território chamado Lagoa Mirim que se organiza na memória daqueles que a habitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto apresentamos relações entre saberes e práticas que constituem o território das comunidades pesqueiras da Lagoa Mirim. Salientamos as formas de ocupações e uso dos bens naturais, mas também as interações que constituem esses grupos no espaço que ocupam, apontando para suas

potencialidades em se identificar com o meio em que vivem e convertê-lo em território, seja através da cura, das relações de reciprocidade ou das ocupações cotidianas. Ao nosso ver, esses saberes na relação com a Lagoa Mirim e o seu entorno, desde uma perspectiva dinâmica, diz respeito ao modo de vida e de ser pescador artesanal nesta lagoa binacional.

Assim, a construção dos saberes na Lagoa Mirim trata de uma construção diária de seus territórios: seja recorrendo à lagoa ou aos seus campos, seja lembrando seus antepassados ou construindo novos conhecimentos, isso se dá a partir do fazer cotidiano, no qual estes habitantes da lagoa se vinculam ao espaço que ocupam e o transformam em território. Se o território se faz todos os dias a partir de amplas relações estabelecidas com o meio em que se vive, podemos concordar com Sodré (1988) citado por Anjos (2004, p. 38) e afirmar que “território é identidade”.

Nos propusemos também a relacionar saberes locais com a noção aqui apresentada de território, no sentido de demonstrar um processo mais amplo dessa construção cotidiana. Podemos considerar que as formas de conhecer e de fazer se dão através da experiência, sendo esta compartilhada e transformada geracionalmente. Portanto, a experiência que vem da relação com o ambiente, neste caso principalmente na vida na lagoa, possibilitaria essa atualização de saberes que remonta, por uma lado, à uma relação imbricada com o ambiente biofísico e, por outro, a uma continuidade, ao menos em parte, de práticas sociais e simbólicas que configurariam determinadas “tradições” dessas comunidades pesqueiras.

E por fim, há de se considerar também como esses grupos vivem em constante risco de “desaparecimento”, equilibrando-se entre, por um lado os processos de invisibilização que sofrem pelo Estado em suas políticas públicas e no não reconhecimento de seus vínculos territoriais de forma mais ampla, afetando diretamente seus modo de viver e habitar o mundo/ambiente, e, por outro, suas estratégias de sobrevivência e continuidade que conforma uma luta pela existência cultural e ambiental das diferentes formas de existir e trabalhar no mundo.

## NOTAS DE FIM

<sup>1</sup> A proposta de trabalharmos sob a perspectiva de “saberes costeiros” ocorreu no âmbito das discussões e eventos organizados pelo Núcleo de Estudos sobre Saberes Costeiros – NECO, bem como, em GTs que tiveram lugar nas últimas edições da Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM. Por saberes costeiros entendemos justamente um conjunto de conhecimentos e práticas de coletivos que vivem, habitam e circulam em regiões costeiras, apresentando uma relação imbricada entre sua cultura e os ecossistemas das regiões costeiras. Neste caso se enquadram diversas populações consideradas “tradicionalistas”, tais como ameríndios, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses/pequenos agricultores.

<sup>2</sup> De acordo com os moradores da região, a capivara se reproduz rapidamente e hoje tem-se uma grande quantidade deste animal na região, de maneira que não seria necessária uma legislação ambiental focada na proteção desta espécie.

<sup>3</sup> *Épocas de peixe* referem-se ao período do ano em que os peixes *aparecem*, ou seja, o tempo de maior disponibilidade da espécie para a pesca. Tais épocas eram evidentes com a entrada da água salobra, quando *apareciam* tainha, bagre e corvina.

<sup>4</sup> Atualmente só é permitida pesca de rede ou espinhel na Lagoa Mirim, porém, antigamente se fazia pesca de cerco e se utilizava a rede *tresmalho*, na qual três redes juntas permitiam maior captura de pescado.

<sup>5</sup> Reflexão a partir de Anjos (2004).

<sup>6</sup> Como já destacado neste texto, pescadores que estão longe da Lagoa Mirim, ou esco-

lhem pontos de pesca longe de suas casas, precisam acampar nos arredores da Lagoa Mirim. Esses acampamentos permitem encontros entre os pescadores que partem de diferentes municípios da Lagoa Mirim.

## REFERÊNCIAS

ABREU, P. C.; CASTELLO, J.P. Interações entre os Ambientes Estuarinos e Marinheiros. In: SEELIGER, U. *et al.* (eds.). *Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil*. Rio Grande: Ecocientia, p. 21-25, 1998.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS'. *Revista Tessituras*, v. 4, p. 259-234, 2016.

ANJOS, J. C. dos; SILVA, S. B. da (orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos*. Ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BRASIL. Ministério do Interior. *Barragem do São Gonçalo*: estudo preliminar de viabilidade. Brasília: Ministério Interior. (Seção Brasileira da Comissão da Lagoa). Volume II: generalidades e estudos básicos. 1970.

BURNS, M. D. M., GARCIA, A. M., VIEIRA, J.P. Evidence from habitat fragmentation affecting fish movement between the Patos and Mirim coastal lagoons in southern Brazil. *Neotropical Ichthyology*, v. 4, p. 1, p. 69-72, 2006.

CHOMENKO, L. Estratégias de atuação com vistas à implantação de gestão ambiental e sustentabilidade em áreas rurais. In: *Doc. de Trabajo Unesco Mab. Prog. de Coop. Sus. Sur Sobre Desarrollo Socioeconomico Ambientalmente Adequado En Los Tropicos*. Portugal: 1999.

GUADAGNIN, D. L.; LAIDNER, C.; MAZZER, A. M.; WIDMER, M. S.; FONSECA, R. C.; FALAVIGNA, T. *Diagnóstico da situação e ações prioritárias para a conservação da Zona Costeira da Região Sul Rio Grande Do Sul e Santa Catarina*. Porto Alegre, 1999. Disponível em: [goo.gl/SA7O96](http://goo.gl/SA7O96). Acesso em: 27 mar. 2009.

DUSSEL, E. *1492: el encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad*. Madrid: Nueva Utopia. Conferências de Frankfurt. 1992.

ESCOBAR, A. *Territories of difference: Place, movements, life, redes*, Durham: Duke University Press. 2008.

LATOURE, B. *Reagregando o Social*. Uma introdução à Teoria do Ator Rede, Salvador-bauru EDUFA – EDUSC 2012.

LEVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto. In: *O pensamento Selvagem*. Campinas, Papyrus Editora, 7. ed. 2007.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/laced, p. 39-47, 2002a.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2002b.

MACHADO, C. R. S.; CALLONI, H.; ADOMILLI, G. K. Olhares, pensares e fazeres sobre e na educação ambiental: reflexões sobre/desde os fundamentos ao campo atual brasileiro. *Revista Ambiente e Educação*, v. 21, n. 1, p. 3-25, 2016.

MACHADO, M. I. C. S. Sobre a pesca na região brasileira da Lagoa Mirim. *Boletim do Ipemafla*, n. 2, p. 23-37, 1976.

MAUSS, Marcel [1872-1950]. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

- PIEVE, S. M. N.; KUBO, R. R.; COELHO-DE-SOUZA, G. *Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência*. Brasília: MDA, 2009.
- SEELIGER, U.; CORDAZZO, C.; BARCELLOS, L. *Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil*. Rio Grande: Ecoscientia, 2004.
- SODRÉ, M. *A verdade seduzida; por um conceito de cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- VARGAS, G. M. Território. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (org.). *Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*, Brasília: MMA/DEA, v. 3, 2014.
- ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010.

SUBMETIDO EM: 20/02/2019

APROVADO EM: 10/09/2019